



## EDITAL PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I



Nº DA LICIT./DISP./INEX.

**90013/2026 - PE**

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO

**2026.02.11.02**

### OBJETO / ÓRGÃO(S) / ESTIMATIVA / SESSÃO



Objeto: Contratação dos Serviços de Casa de Apoio no Município de Fortaleza, para atender as necessidades dos pacientes , quando em tratamento, encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE

Órgão(s) participante(s): Secretaria Municipal de Saúde

VALOR ESTIMADO









**\* Sigiloso (Art. 24, inc. I)**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**18/05/2026 às 10:00 h.**

### INFORMAÇÕES DO CERTAME



	<b>Critério de Julgamento:</b>	<b>Menor Preço</b>
	<b>Modo de Disputa:</b>	<b>Aberto</b>
	<b>Forma de julgamento:</b>	<b>Grupo Único</b>
	<b>Intervalo mínimo de lances:</b>	<b>1,00</b>
	<b>Link do Sistema Eletrônico:</b>	<b><a href="https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp">https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp</a></b>
	<b>Registro de Preços?</b>	<b>Não</b>
	<b>Lei 123 - Exclusivo ME/EPP?</b>	<b>Não</b>
	<b>Preço Sigiloso?</b>	<b>sim</b>

### CONTATO E INFORMAÇÕES



**Tel.: (88) 3626-1347**



**E-mail: cplsao benedito@gmail.com**



**Endereço: Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE**



**MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal de Saúde**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026 - PE**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.11.02**

Torna-se público que o(a) MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Pregoeiro Oficial do Município, sediado(a) à Rua Paulo Marques, 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito/CE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA (90013/2026 - PE), no dia **18 de maio de 2026 às 10:00 (dez horas) - horário de Brasília**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação dos Serviços de Casa de Apoio no Município de Fortaleza, para atender as necessidades dos pacientes , quando em tratamento, encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Grupo Único.

1.3. A licitação será dividida em um único grupo, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o proponente oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a



elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;



- 4.1.2. Quantidade cotada;
- 4.1.3. Marca, se for o caso;
- 4.1.4. Fabricante, se for o caso.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa Aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de descontos.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.



5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance ou abaixo do maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou percentual de desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Edital;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos e os percentuais de descontos mínimos como critério de aceitabilidade.

5.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do percentual desconto mínimo definido pela Administração.

5.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentadas.

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União



(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas ? CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo ou do percentual de desconto em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou abaixo do percentual mínimo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou diminuição do desconto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. O local e prazo para entrega das amostras está informado no Termo de Referência, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Para a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência



exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. Forma de envio e pertinência da documentação de habilitação.

7.13.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, apenas a documentação estritamente necessária ao atendimento das exigências de habilitação previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021, abstendo-se de anexar documentos impertinentes ou redundantes, em observância aos princípios da celeridade e do julgamento objetivo.

7.13.2. Para fins de padronização e foco, a documentação de habilitação restringe-se às categorias jurídica, técnica, fiscal/social/trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021; documentos fora desse rol não serão considerados para análise.

7.13.3. Descumprida a orientação do caput (envio desorganizado, com peças desnecessárias ou ausência de peças exigidas), o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, determinar o reenvio/organização correta da documentação.

7.14. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da



obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [cplsabenedito@gmail.com](mailto:cplsabenedito@gmail.com).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.5.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.5.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, bem como a discordância entre as especificações do objeto no portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e neste Edital, prevalecerão às constantes neste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

11.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência, ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar - ETP e Mapa de Riscos, ANEXO III - Minuta de Contrato

São Benedito/CE, 29 de abril de 2026.



---

**Francisco Igor Vale do Nascimento**  
**Secretário de Saúde**  
**Portaria: 007/2025**

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.07.02

Processo Administrativo nº. 2026.04.07.02 - Serviços

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 07 de abril de 2026

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

LEI 14.133/2021 E DECRETO 054/2023.

2 - Descrição da necessidade da contratação (Art. 18, §1º, I)

A presente contratação decorre de demanda administrativa de caráter urgente, formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 2026.03.31.001), estando diretamente relacionada ao cumprimento de determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163, que impõe ao Município a obrigação de assegurar a realização de procedimento médico oftalmológico em favor de paciente diagnosticado com doença grave, com risco de perda visual irreversível.

Conforme consta nos autos do processo administrativo, a referida decisão judicial estabelece prazo exíguo para cumprimento da obrigação, determinando a realização de procedimentos específicos em tempo hábil, o que evidencia a necessidade de atuação imediata da Administração Pública, sob pena de agravamento do quadro clínico do paciente, bem como de responsabilização do ente público pelo descumprimento da ordem judicial, inclusive com aplicação de multa diária.

A necessidade da contratação está diretamente vinculada à impossibilidade de atendimento da demanda pela rede pública municipal, seja em razão da ausência de estrutura adequada, da indisponibilidade dos procedimentos especializados requeridos ou da urgência imposta pela decisão judicial, circunstâncias que inviabilizam a adoção de solução interna ou a realização de procedimento licitatório em prazo compatível com a situação concreta.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível para assegurar o cumprimento da decisão judicial, garantindo a realização dos procedimentos no tempo adequado e em condições técnicas seguras, evitando danos graves e potencialmente irreversíveis à saúde do paciente, bem como resguardando o interesse público.

Ressalta-se que a não realização da contratação poderá acarretar consequências relevantes, tanto sob o aspecto assistencial, com risco concreto de agravamento da condição clínica e perda da visão, quanto sob o aspecto jurídico e administrativo, incluindo a imposição de sanções ao Município e a responsabilização dos gestores públicos.

Nesse contexto, a contratação pretendida não apenas se justifica, como se impõe como medida necessária, urgente e adequada, sendo a alternativa mais eficiente para garantir a efetividade da atuação administrativa, o cumprimento da decisão judicial e a proteção do direito fundamental à saúde.

3 - Área(s) requisitante(s)

Nº do DFD	Identificação do Órgão Emissor do DFD
2026.03.31.001	05 - Secretaria Municipal de Saúde

Responsável: João Paulo Araújo Lima

Matrícula/Portaria: 6068

4 - Demonstração da previsão (ou não) da contratação no PCA (Art. 18, §1º, II)

Nº. no PCA:	Grau de Prioridade:	Data desejada da Contratação:
-------------	---------------------	-------------------------------

JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, o Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 92/2025, foi preparado em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas.

5 - Requisitos da contratação (Art. 18, §1º, III)

## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.07.02

Processo Administrativo nº. 2026.04.07.02 - Serviços

A contratação deverá atender a requisitos técnicos e operacionais mínimos indispensáveis ao cumprimento da determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163 e ao atendimento imediato da necessidade administrativa, garantindo celeridade, eficiência e segurança na execução do objeto.

Considerando a existência de medida judicial que estabelece prazo exíguo para atendimento da demanda, conforme demonstrado no processo administrativo, a futura contratada deverá comprovar capacidade de execução imediata, mediante disponibilidade operacional compatível com o prazo fixado, sob pena de prejuízo à saúde do beneficiário e responsabilização da Administração.

A contratada deverá demonstrar aptidão técnica para execução do objeto, por meio de experiência prévia em serviços similares, bem como dispor de estrutura física adequada, equipe técnica qualificada e meios necessários à prestação do serviço com qualidade, segurança e observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas pertinentes à área de oftalmologia.

Os serviços deverão observar padrões mínimos de qualidade compatíveis com as exigências técnicas e sanitárias aplicáveis, assegurando a adequada execução dos procedimentos e a mitigação de riscos ao paciente.

As especificações do objeto deverão ser claras, objetivas e suficientes para caracterizar a contratação, sem restringir indevidamente a competitividade, admitindo-se, em razão da urgência, a adoção de soluções mais céleres, desde que devidamente justificadas e compatíveis com o interesse público.

Quanto ao catálogo eletrônico de padronização, sua utilização será observada sempre que aplicável; na hipótese de não adoção, a decisão deverá ser devidamente justificada nos autos, especialmente em razão da natureza urgente e excepcional da contratação.

Os serviços possuem natureza não continuada, por estarem vinculados ao atendimento de demanda específica decorrente de determinação judicial, com prazo e objeto definidos, não caracterizando necessidade permanente da Administração.

No que se refere à sustentabilidade, considerando a natureza emergencial da contratação e a necessidade de atendimento imediato, a aplicação de critérios ambientais será observada de forma proporcional, podendo ser flexibilizada quando incompatível com a urgência da demanda, devendo eventual não aplicação ser devidamente justificada pela área técnica.

Por fim, os requisitos estabelecidos deverão observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sendo estritamente necessários para garantir a adequada execução do objeto no prazo judicialmente fixado, evitando exigências excessivas que possam inviabilizar ou retardar a contratação.

### 6 - Levantamento de Mercado (Art. 18, §1º, V)

O levantamento de mercado realizado demonstra a existência de fornecedores aptos à execução do objeto pretendido, com oferta de soluções compatíveis com a necessidade da Administração, tanto em âmbito regional quanto estadual, evidenciando a viabilidade da contratação no mercado.

Foram consideradas diversas fontes de pesquisa, incluindo consultas a fornecedores, análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos e verificação de práticas adotadas no setor, o que possibilitou identificar as condições usuais de execução, prazos praticados e padrões de qualidade exigidos. Tal análise permitiu compreender as características do mercado e aferir a compatibilidade entre a demanda administrativa e as soluções disponíveis.

Verificou-se que o mercado apresenta capacidade de atendimento imediato, fator essencial diante da urgência da contratação decorrente de determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163, sendo possível identificar fornecedores com disponibilidade operacional para execução no prazo exigido.

Observa-se, ainda, que as soluções ofertadas são relativamente padronizadas no mercado especializado, não havendo variações relevantes que justifiquem a adoção de metodologias ou tecnologias alternativas, o que reforça a viabilidade da contratação com base em critérios objetivos, como preço e capacidade de execução.

Ademais, não se identificaram alternativas mais vantajosas à contratação pretendida, como soluções indiretas ou substitutivas, sendo a contratação direta no mercado a opção mais eficiente e compatível com o interesse público no caso concreto.

Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia que a solução pretendida é viável, disponível e adequada às necessidades da Administração, permitindo a realização da contratação em condições compatíveis com a realidade do mercado e com o atendimento

ETP nº. 2026.04.07.02

Relatório emitido por: GoverLance

Página 2 de 6

## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.07.02

Processo Administrativo nº. 2026.04.07.02 - Serviços

tempestivo da demanda judicial.

### 7 - Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, VII)

A solução adotada consiste na Contratação de serviços especializados incluindo aplicações de injeções intravíneas de antiangiogênico (anti-VEGF) e sessões de panfotocoagulação a laser para atender determinação judicial (Proc. nº 3003768-60.2025.8.06.0163) em face da Secretaria Municipal de Saúde para garantia de atendimento urgente visando preservação da função visual do paciente, garantindo o cumprimento da obrigação no prazo estabelecido e a adequada prestação do serviço ao beneficiário.

A solução contempla todos os elementos necessários à plena execução do objeto, incluindo a realização dos procedimentos oftalmológicos requeridos, com disponibilização de recursos materiais, humanos e operacionais adequados, assegurando qualidade, segurança e eficiência. A contratada deverá executar o objeto de forma imediata ou em prazo compatível com a urgência demonstrada no processo, atendendo integralmente às especificações técnicas e sanitárias aplicáveis.

A escolha dessa solução justifica-se sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que o mercado dispõe de fornecedores aptos à execução do objeto de forma célere, sendo a contratação externa a alternativa mais eficiente diante da impossibilidade de execução direta pela Administração. Ademais, a solução permite o atendimento tempestivo da demanda, mitigando riscos decorrentes do descumprimento da decisão judicial e assegurando a proteção do interesse público envolvido.

Quanto às exigências de qualificação técnica, estas deverão se limitar à comprovação de capacidade compatível com o objeto, mediante apresentação de experiência prévia em serviços similares, bem como demonstração de que o fornecedor dispõe de estrutura adequada para execução imediata. Tais exigências mostram-se proporcionais e necessárias para garantir a execução satisfatória do objeto, especialmente considerando a criticidade e urgência da demanda.

Não se verifica a necessidade de exigências de qualificação econômico-financeira complexas, devendo eventuais requisitos ser compatíveis com a natureza e o valor da contratação, evitando restrições indevidas à competitividade.

A solução não envolve contratação simultânea de múltiplos fornecedores, uma vez que a execução por um único contratado é suficiente para atender à demanda, assegurando maior eficiência, controle e economicidade, além de evitar riscos de descoordenação na execução.

Por fim, destaca-se que a solução proposta é adequada, suficiente e compatível com as necessidades da Administração, permitindo o atendimento integral da demanda identificada, com observância dos princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, bem como do cumprimento da decisão judicial que fundamenta a presente contratação.

A estimativa de quantidade para a presente contratação foi definida com base na necessidade específica identificada no Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 2026.03.31.001), considerando a determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163, a qual delimita de forma objetiva o objeto a ser atendido.

Trata-se de demanda individualizada e pontual, não havendo margem para ampliação ou redução discricionária da quantidade, uma vez que esta está diretamente vinculada ao atendimento da necessidade concreta do beneficiário, conforme estabelecido na decisão judicial. Dessa forma, a quantidade estimada corresponde exatamente ao necessário para o cumprimento integral da obrigação imposta à Administração, garantindo a adequada prestação do serviço requerido.

A definição da quantidade observou critérios de suficiência e economicidade, evitando tanto o subdimensionamento, que poderia comprometer o atendimento da demanda, quanto o superdimensionamento, que acarretaria desperdício de recursos públicos. Considerou-se, ainda, a impossibilidade de fracionamento da demanda, em razão de sua natureza específica e da necessidade de atendimento integral e imediato.

Ademais, por se tratar de contratação vinculada a situação excepcional e urgente, não se aplica a utilização de séries históricas ou projeções de consumo, sendo a estimativa fundamentada exclusivamente na necessidade concreta apresentada no caso em análise.

Dessa forma, a quantidade estimada mostra-se adequada, suficiente e compatível com o objeto da contratação, atendendo plenamente aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, bem como ao fiel cumprimento da decisão judicial.

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.07.02

Processo Administrativo nº. 2026.04.07.02 - Serviços

**8 - Estimativa das Quantidades da Contratação (Art. 18, §1º, IV)**

Seq. Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento
00001	6,00	Unidade
Descrição Detalhada: 30088 - Injeções intravítreas de antiangiogênico (anti-VEGF)		
00002	10,00	Unidade
Descrição Detalhada: 18350 - Sessões de panfotocoagulação a laser.		

**9 - Estimativa do valor da contratação (Art. 18, §1º, VI)**

O Setor de Compras vinculado à Secretaria de Administração realizará pesquisas de preços conforme orientações da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 54/2023 para a estimativa do valor da contratação.

**10 - Justificativa para o (não) parcelamento da solução (Art. 18, §1º, VIII)**

No presente caso, opta-se pelo não parcelamento da solução, tendo em vista as características específicas da demanda, especialmente por se tratar de necessidade individualizada, vinculada à determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163, a qual exige atendimento integral e imediato.

O parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável, uma vez que a solução deve ser executada de forma única e coordenada, sob responsabilidade de um único fornecedor, garantindo maior eficiência, celeridade e controle da execução contratual. A eventual divisão do objeto poderia comprometer o cumprimento do prazo judicial estabelecido, além de gerar riscos operacionais, tais como descontinuidade na execução, dificuldades de coordenação entre múltiplos contratados e prejuízo à qualidade do serviço prestado.

Ademais, a natureza do objeto não comporta fracionamento sem prejuízo de sua funcionalidade, sendo necessária sua execução integral para o adequado atendimento da necessidade identificada. A contratação de um único fornecedor, portanto, assegura maior segurança jurídica e operacional, além de facilitar a fiscalização e o acompanhamento por parte da Administração.

Destaca-se, ainda, que a não adoção do parcelamento não compromete a competitividade, uma vez que o objeto é comum no mercado e existem fornecedores aptos a executá-lo em sua integralidade.

Dessa forma, a decisão pelo não parcelamento da solução encontra-se devidamente justificada, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à busca da solução mais vantajosa para a Administração.

**11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, §1º, XI)**

A presente contratação não possui, em regra, dependência direta de outras contratações para sua execução, uma vez que se trata de demanda específica, individualizada e vinculada ao cumprimento de determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163, podendo ser executada de forma autônoma.

Entretanto, registra-se que podem existir contratações correlatas no âmbito da Administração Pública Municipal que guardem afinidade indireta com o objeto, especialmente aquelas relacionadas à prestação de serviços ou fornecimentos na área da saúde, as quais podem subsidiar a definição de parâmetros técnicos e de preços, sem, contudo, interferir diretamente na execução da presente contratação.

Ressalta-se que, em razão da natureza urgente e excepcional da demanda, não há viabilidade de integração com outras contratações em andamento ou em fase de planejamento, tampouco possibilidade de aproveitamento de economia de escala, uma vez que a necessidade deve ser atendida de forma imediata e específica, conforme estabelecido na decisão judicial.

Ademais, não se identificam contratações interdependentes cuja ausência possa comprometer a execução do objeto, sendo a presente contratação suficiente, por si só, para atender integralmente à necessidade administrativa.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida não apresenta dependência relevante de outras contratações, podendo ser

ETP nº. 2026.04.07.02

Relatório emitido por: GoverLance

Página 4 de 6

## Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.07.02

Processo Administrativo nº. 2026.04.07.02 - Serviços

realizada de forma independente, sem prejuízo da eficiência, da economicidade e do atendimento ao interesse público.

### 12 - Resultados pretendidos (Art. 18, §1º, IX)

A presente contratação tem como principal resultado pretendido o atendimento integral, tempestivo e eficaz da demanda administrativa decorrente de determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163, assegurando a proteção do direito do beneficiário e evitando prejuízos decorrentes do descumprimento da ordem judicial.

Busca-se, de forma direta, garantir a prestação adequada do serviço requerido, com observância aos padrões mínimos de qualidade, segurança e conformidade técnica, assegurando a efetividade da atuação administrativa e a satisfação da necessidade identificada. Nesse contexto, a contratação permitirá à Administração cumprir suas obrigações legais de forma célere e eficiente, mitigando riscos jurídicos, administrativos e financeiros.

Como benefícios indiretos, espera-se a melhoria da eficiência administrativa, na medida em que a contratação possibilita o adequado direcionamento dos recursos humanos e operacionais da Administração, evitando a sobrecarga da estrutura interna e contribuindo para melhor organização das atividades institucionais. Ademais, favorece a economicidade, ao viabilizar a adoção da solução mais adequada disponível no mercado, evitando custos decorrentes de atrasos, retrabalho ou soluções ineficazes.

A contratação também proporciona maior segurança jurídica, ao assegurar o cumprimento da decisão judicial dentro do prazo estabelecido, reduzindo o risco de aplicação de sanções, multas e eventual responsabilização dos gestores públicos.

No que se refere à qualidade, os resultados pretendidos incluem a execução adequada e eficiente do objeto, com acompanhamento e fiscalização pela Administração, possibilitando a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a obtenção dos resultados esperados.

Considerando a natureza da contratação, poderá ser adotado instrumento de acompanhamento e avaliação da execução, com vistas à aferição do desempenho da contratada e ao controle dos níveis de qualidade exigidos.

Por fim, a contratação visa atender ao interesse público de forma plena, assegurando a efetividade da ação administrativa, o respeito ao direito fundamental à saúde e a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da legalidade.

### 13 - Providências a serem tomadas previamente ao contrato (Art. 18, §1º, X)

Para a efetiva realização do objeto proposto, serão adotadas providências administrativas e legais que assegurem a regularidade, a transparência e a economicidade do processo de contratação, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Inicialmente, a área demandante, por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), apresenta a justificativa da necessidade da contratação, acompanhada da descrição da solução, dos requisitos, do levantamento de mercado, da estimativa de quantidade, da indicação dos resultados pretendidos e das contratações correlatas ou interdependentes, elementos que fundamentarão a elaboração do Termo de Referência, documento essencial para a adequada modelagem da contratação.

Na sequência, será promovida a abertura formal do processo administrativo, com a devida autuação e instrução de todas as peças obrigatórias, incluindo a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente, a elaboração e validação do Termo de Referência, a realização e juntada da pesquisa de preços, a verificação da compatibilidade com a dotação orçamentária e a submissão do processo à análise jurídica, garantindo-se a legalidade e a segurança jurídica da contratação.

Considerando a existência de determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163 e a necessidade de atendimento imediato da demanda, será adotada a contratação direta por dispensa de licitação com disputa, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor reduzido da contratação.

Após a formalização da contratação, caberá à Secretaria demandante emitir as ordens de execução e acompanhar a execução contratual por meio de fiscal e gestor designados, garantindo o cumprimento das condições pactuadas, a qualidade da prestação e o atingimento dos resultados esperados.

Por fim, ao término da execução, será realizada avaliação final do objeto contratado, com base nos resultados obtidos e na efetividade

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.07.02

Processo Administrativo nº. 2026.04.07.02 - Serviços

da solução implementada, a fim de subsidiar futuras contratações e assegurar a adequada prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle.

**14 - Impactos ambientais e tratamentos (Art. 18, §1º, XII)**

A presente contratação, em razão de sua natureza específica, pontual e vinculada à área da saúde, apresenta potencial reduzido de geração de impactos ambientais relevantes. Ainda assim, faz-se necessária a identificação de possíveis efeitos decorrentes da execução do objeto, bem como a adoção de medidas mitigadoras, em observância às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Os impactos ambientais associados à contratação podem estar relacionados, principalmente, ao consumo de recursos naturais, à geração de resíduos decorrentes dos procedimentos realizados e à utilização de insumos específicos. Tais impactos, contudo, tendem a ser de baixa magnitude, considerando a natureza não continuada da demanda e sua execução em caráter específico e delimitado.

Como medidas de mitigação, recomenda-se que a contratada adote, sempre que possível, práticas voltadas ao uso racional de recursos, à redução de desperdícios e à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, especialmente aqueles de natureza hospitalar, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável. Também deverá ser incentivada a utilização de insumos que causem menor impacto ambiental, desde que não comprometam a qualidade e a segurança da execução do objeto.

Considerando a urgência da contratação, decorrente de determinação judicial proferida nos autos do Processo nº 3003768-60.2025.8.06.0163, eventuais critérios ambientais deverão ser aplicados de forma proporcional e compatível com a necessidade de atendimento imediato da demanda, não podendo comprometer a celeridade e a efetividade da execução.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são limitados e passíveis de mitigação por meio de práticas adequadas, não representando óbice à sua realização, a qual se mostra alinhada aos princípios da sustentabilidade, na medida do possível e sem prejuízo do interesse público envolvido.

**15 - Viabilidade (ou não) da contratação (Art. 18, §1º, XIII)**

Com base nos elementos anteriores do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que a contratação proposta pela unidade requisitante tem viabilidade técnica e econômica

**16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO**

**Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.**

**Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar**



**Nome:** Audisnel Alcântara de Moraes

**Descrição do Agente:** Agente de Planejamento

**Matrícula:** 079/2025



**Nome:** Francisca Angelica Fonteles Araújo

**Descrição do Agente:** Agente de Planejamento

**Matrícula:** 080/2025



## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.02.11.02 - Serviços

### 1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 11 de fevereiro de 2026.

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

LEI 14.133/2021 E DECRETO 054/2023

### 2 - Objeto do Mapa de Riscos

Contratação dos Serviços de Casa de Apoio no Município de Fortaleza, para atender as necessidades dos pacientes, quando em tratamento, encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE

### 3 - Riscos Identificados

R-02 - Descrição do Risco:

02 - LICITAÇÃO DESERTA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Seleção do Fornecedor	Administração

I.1 - Impactos

LICITAÇÃO FRACASSADA TENDO QUE REPUBLICAR O EDITAL E ABRIR NOVO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I As causas para o risco de licitação deserta decorrem, principalmente, da subestimação do valor estimado para a contratação, levando à definição de um preço de referência abaixo do mercado, o que desestimula a participação de licitantes. Exigências excessivas de qualificação técnico-financeira, que restringem a participação de empresas aptas, e a imposição de marcas ou modelos específicos, sem justificativa técnica, também são fatores que limitam a competitividade. Além disso, a falta de adaptação ao mercado local e às características do mercado fornecedor pode afastar os interessados. A escolha inadequada do método para estimativa de preços e prazos curtos para a preparação das propostas também contribuem para a licitação deserta. Por fim, exigências onerosas ou inviáveis economicamente, como garantias financeiras excessivas, tornam a participação das empresas inviável, resultando na necessidade de republicar o edital e abrir um novo prazo para o certame

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01 Autoridade Competente Durante a fase de pesquisa de preços realizar crítica com fim de evitar o sobrepreço ou

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.02.11.02 - Serviços

AP-02	Autoridade Competente	inexequibilidade das propostas, escolhendo o melhor método para estimativa do valor da licitação, que retrate a realidade do preço de mercado Ao invés de exigir marca, sugerir marca e similar para não restringir a competitividade do c e r t a m e . As exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica deverão ser as mínimas necessárias para a adequada seleção e garantia da eficiência e segurança da contratação.
AC-01	Autoridade Competente	Republicação do Edital observando requisitos que provocaram a desistência de possíveis interessados.

### R-03 - Descrição do Risco:

03 - LICITANTE VENCEDOR SE RECUSAR EM ASSINAR O CONTRATO

#### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
3	X	5	Extremo	Seleção do Fornecedor
				Contratada

#### I.1 - Impactos

NÃO CONCLUIR A LICITAÇÃO TENDO QUE REPUBLICAR O EDITAL E ABRIR NOVO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - I	As causas do risco de o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato estão, em geral, associadas a falhas na fase de planejamento e na condução do certame, tais como a definição inadequada do valor estimado da contratação, que pode levar à apresentação de propostas inexequíveis ou com margens insuficientes para a execução contratual. Contribuem ainda para a materialização do risco a ausência de clareza quanto às obrigações contratuais, prazos, penalidades e condições de execução previstas no edital e na minuta do contrato, bem como alterações relevantes entre as condições editalícias e as exigências apresentadas no momento da contratação. Soma-se a isso a ocorrência de lances excessivamente baixos, sem a devida análise de exequibilidade, a dificuldade do licitante em comprovar as condições de habilitação exigidas após a adjudicação, e a existência de sanções administrativas pendentes ou restrições cadastrais que inviabilizem a formalização do ajuste. Tais fatores podem levar o adjudicatário a desistir da contratação, ocasionando a não conclusão da licitação e a necessidade de adjudicação ao remanescente ou de republicação do edital com abertura de novo prazo para realização do pregão
----------	--

#### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado
AC-01	Autoridade Competente	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.

### R-04 - Descrição do Risco:

04 - INCAPACIDADE DA EMPRESA VENCEDORA EM EXECUTAR O OBJETO

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.02.11.02 - Serviços

### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Alto	Gestão de Contrato
				Contratada

#### I.1 - Impactos

ATRASSO OU NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - E	As causas do risco de incapacidade da empresa vencedora em executar o objeto contratado estão, em geral, relacionadas à insuficiente capacidade técnica, operacional ou financeira da contratada, evidenciada pela ausência de experiência comprovada em serviços ou fornecimentos similares ao objeto licitado. Contribuem para a ocorrência do risco a definição inadequada dos requisitos de habilitação, que pode permitir a participação de empresas sem estrutura compatível com a complexidade e a relevância da contratação, bem como falhas na análise da exequibilidade da proposta apresentada. Soma-se a isso a fragilidade no planejamento da contratação, com especificações incompletas ou pouco claras do objeto, a inexistência ou inadequação de garantias contratuais suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, além de deficiências na gestão e fiscalização do contrato. Tais fatores podem resultar em atrasos, execução insatisfatória ou até mesmo no não fornecimento do objeto, exigindo a aplicação de sanções, a eventual rescisão contratual e a adoção de medidas para assegurar a continuidade do atendimento ao interesse público
----------	--

### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Estabelecer sanções, multas e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância do objeto a ser contratado
AP-02	Autoridade Competente	Estipular em termo de referência e/ou edital, que em caso de rescisão contratual, a administração poderá convocar os licitantes participantes, obedecida a ordem de classificação, para negociação de preços, análise dos documentos de habilitação e possível contratação
AP-03	Autoridade Competente	Exigir documentação comprobatória que a licitante já forneceu produtos similares ou prestou serviços semelhantes
AC-01	Fiscal de Contrato	Acompanhar com rigor, seguindo as descrições do objeto, os níveis esperados de qualidade de execução do contrato e respectivas adequações de pagamento
AC-02	Gestor do Contrato	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso rescindir o contrato

### R-05 - Descrição do Risco:

05 - FALÊNCIA DA EMPRESA VENCEDORA

### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Gestão de Contrato	Contratada

#### I.1 - Impactos

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.02.11.02 - Serviços

### ATRASSO OU NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

- C-01 - E As causas do risco de falência da empresa vencedora durante a execução contratual estão, em geral, relacionadas à fragilidade de sua situação econômico-financeira, decorrente de endividamento excessivo, fluxo de caixa insuficiente ou dependência de poucos contratos para manutenção de suas atividades. Contribuem para a materialização do risco a análise inadequada dos requisitos de qualificação econômico-financeira na fase de habilitação, a ausência ou insuficiência de garantias contratuais capazes de mitigar eventuais prejuízos à Administração, bem como a apresentação de propostas com preços inexequíveis que comprometem a sustentabilidade financeira da execução do contrato. Soma-se a isso a instabilidade do mercado em que a empresa atua, variações significativas de custos operacionais e a falta de planejamento financeiro da contratada. Esses fatores podem culminar na insolvência da empresa, resultando em atraso ou não fornecimento do objeto contratado, com necessidade de adoção de medidas administrativas para assegurar a continuidade do atendimento ao interesse público

#### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

##### Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

- | Nº. Ação | Setor Responsável     | Descrição da Ação  |
|----------|-----------------------|--|
| AP-01    | Autoridade Competente | Exigir requisitos de habilitação relativos à qualificação econômica e financeira   |
| AC-01    | Autoridade Competente | Estipular em termo de referência e/ou edital, que em caso de rescisão contratual, a administração poderá convocar os licitantes participantes, obedecida a ordem de classificação, para negociação de preços, análise dos documentos de habilitação e possível contratação |

### R-01 - Descrição do Risco:

#### 01 - QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS NO PREGÃO

##### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para	
3	X	3	Alto	Planejamento	Administração

##### I.1 - Impactos

#### LEGITIMIDADE DO PREGÃO COLOCADA EM QUESTÃO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

- C-01 - I As possíveis causas do risco de questionamentos excessivos no pregão decorrem, em regra, de fragilidades na fase de planejamento da contratação, notadamente de descrições imprecisas ou insuficientes do objeto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como da existência de especificações técnicas excessivamente restritivas, direcionadas ou desacompanhadas de justificativa técnica e legal adequada. Contribuem ainda para a materialização do risco inconsistências ou ambiguidades entre o edital e seus anexos, falhas na definição ou compreensão do critério de julgamento, exigências de habilitação desproporcionais ou mal fundamentadas, além da inobservância de dispositivos da legislação vigente e de entendimentos consolidados dos órgãos de

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.02.11.02 - Serviços

controle. Soma-se a isso a fixação de prazos inadequados para apresentação de propostas e a deficiência na transparência e na publicidade das informações do certame, fatores que, em conjunto, ampliam a insegurança jurídica do procedimento e estimulam a apresentação reiterada de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos administrativos, colocando em risco a legitimidade do pregão

### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Equipe de Planejamento	Definir as regras gerais da contratação de forma clara e objetiva no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a exigências de marcas, modelos e requisitos excludentes.
AC-01	Autoridade Competente	Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação.

### R-06 - Descrição do Risco:

06 - FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS INCOMPLETOS OU SEM QUALIDADE

#### I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X 4	Alto	Gestão de Contrato	Contratada

#### I.1 - Impactos

PREJUÍZO FINANCEIRO E RISCO À QUALIDADE DO PRODUTO E SERVIÇO APRESENTADO COMPROMETENDO O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

#### I.2 - Causas Internas ( I ) e Causas Externas ( E ) Externa

##### Nº. Causa Descrição

C-01 - I	As causas do risco de fornecimento de produtos ou serviços incompletos ou sem a qualidade esperada decorrem, em geral, de falhas no planejamento da contratação e na definição das especificações técnicas, com requisitos pouco claros, incompletos ou insuficientemente detalhados no Termo de Referência e no edital. Contribuem ainda para a ocorrência do risco a seleção de fornecedor sem adequada capacidade técnica ou experiência comprovada, a análise insuficiente da exequibilidade da proposta apresentada, bem como a inexistência ou fragilidade de critérios objetivos de aceitação, medição e controle da qualidade. Soma-se a isso a deficiência na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual, a ausência de padrões mínimos de desempenho e qualidade claramente estabelecidos, além de práticas inadequadas da contratada voltadas à redução de custos em detrimento da qualidade. Esses fatores podem resultar em prejuízo financeiro à Administração e no comprometimento do objetivo da contratação, exigindo a devolução, correção ou refazimento do objeto, com aplicação das sanções cabíveis
----------	--

### II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Fiscal de Contrato	Analisar criteriosamente cada produto entregue ou serviço executado
AC-01	Fiscal de Contrato	Devolver e exigir adequação do produto apresentado de forma inadequada ou sem a qualidade esperada ou exigir que os serviços defeituosos sejam refeitos a fim de atender o objeto contratual de maneira qualificada
AC-02	Autoridade Competente	Solicitar abertura de processo administrativo para apuração das penalidades e aplicação das sanções previstas na lei 14.133/2021, no edital e no contrato

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.02.11.02 - Serviços

### 4 - Equipe responsável pela elaboração

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

*Audisnei A. de Moraes*  
Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025

*Francisca Angelica Fonteles Araújo*  
Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025

## Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.02.11.02 - Serviços

### 5 - Diagrama de cálculo de riscos (5 colunas) - "Mapa de Calor" (Anexo - I)

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
Impacto	Extremo					
	Alto					
	Médio					
	Baixo					
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
	5 Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 Alto	4	8	12	16	20
	3 Médio	3	6	9	12	15
	2 Baixo	2	4	6	8	10
	1 Muito Baixo	1	2	3	4	5

Obs.: O "mapa de calor" em gestão de riscos é uma ferramenta que apresenta o resultado visual da matriz de eventos de riscos em função da relação combinada da probabilidade e do impacto de cada evento. Assim, a multiplicação dos indicadores que aferem a probabilidade por aqueles que medem o impacto de um evento de risco resultam na aferição da severidade de um determinado risco (baixo, médio ou alto, por exemplo).

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Contratação dos Serviços de Casa de Apoio no Município de Fortaleza, para atender as necessidades dos pacientes , quando em tratamento, encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE**, conforme especificações do Termo de Referência e seu(s) anexo(s), e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação. Considerando tratar-se de serviço contínuo, essencial à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no atendimento de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD), admite-se a prorrogação contratual, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos. A prorrogação do contrato ficará condicionada à avaliação da Administração quanto à regular execução dos serviços, à manutenção da vantajosidade econômica, à disponibilidade orçamentária e ao interesse público, devendo ser formalmente justificada.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual do Município de São Benedito/CE, conforme registro sob o nº PCA DFD nº 295/2025 , evidenciando sua inclusão no planejamento institucional e a necessidade de sua execução em conformidade com as prioridades definidas para o exercício..

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação: LEI 14.133/2021 E DECRETO 054/2023.

2.2. A Descrição da Necessidade da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta envolve a Contratação dos Serviços de Casa de Apoio no Município de Fortaleza, para atender as necessidades dos pacientes , quando em tratamento, encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE, de acordo com os critérios estabelecidos.

3.2. Os serviços deverão ser realizados no prazo solicitado e em local determinado pelo órgão contratante.

3.3. A Descrição da Solução Como Um Todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Os Requisitos da Contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

#### Da exigência de amostra / prova de conceito

4.3. Não haverá necessidade de apresentação de amostra, tendo em vista a natureza do objeto.

#### Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, sem autorização da Contratante.

#### Garantia da contratação

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Vistoria

4.6. Não há necessidade de vistoria, tendo em vista a natureza do objeto.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Execução

5.1. O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço ou requisição formal emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo a CONTRATADA disponibilizar integralmente a estrutura necessária ao atendimento da demanda. A CONTRATADA deverá garantir, desde o início da execução, o pleno funcionamento da casa de apoio, com disponibilização de estrutura física adequada, equipe de atendimento, fornecimento de alimentação, organização do apoio administrativo e disponibilização de transporte urbano, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e ininterrupta, assegurando o acolhimento dos pacientes e acompanhantes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, observando os fluxos assistenciais, a dinâmica dos atendimentos na rede de saúde e as orientações da Administração. A CONTRATADA deverá assegurar a adequada prestação dos serviços desde o início da execução, garantindo condições de hospedagem, higiene, segurança, alimentação e suporte logístico compatíveis com a natureza do objeto, de modo a não comprometer a continuidade do tratamento dos usuários. O prazo para início da execução poderá ser excepcionalmente ajustado, mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente justificada e condicionada à análise e aceitação da CONTRATANTE, desde que não haja prejuízo à continuidade dos serviços e ao interesse público.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

#### Fiscal do Contrato

6.8. O FISCAL de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

do processo administrativo da presente contratação, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e execução do objeto do contrato, conforme atribuições especificadas nos Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023.

### Gestor do Contrato

6.9. O GESTOR de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme atribuições especificadas no Art. 155 do Decreto Municipal nº 54/2023.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. As medições dos serviços serão realizadas mensalmente ou a cada solicitação realizada, conforme prestação dos serviços devidamente atestados pelo fiscal do contrato, observadas as condições da proposta e os preços contratados.

7.2. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo Fiscal do Contrato, que atestará se os serviços foram prestados de maneira satisfatória atingindo os níveis esperados de qualidade e objetivos da contratação ou se foram verificadas irregularidades.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo/técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.18. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do LEI 14.133/2021 E DECRETO 054/2023, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GRUPO

### Regime de execução

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

8.1. A execução do contrato será indireta, através do regime: Empreitada por preço unitário.

### Exigências de habilitação

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.27. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão da pessoa jurídica para a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de natureza similar, especialmente relacionados à prestação de serviços de hospedagem, casa de apoio, hotelaria social, acolhimento institucional ou atividades correlatas.

8.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

8.30.2. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, a qualquer tempo, a apresentação de documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ordens de serviço ou outros documentos que comprovem a efetiva execução dos serviços.

8.31. Declaração de que dispõe ou de que disponibilizará, até o início da execução contratual, estrutura física localizada no município de Fortaleza/CE, apta à prestação dos serviços, compatível com a demanda estimada e em conformidade com as exigências

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

estabelecidas neste Termo de Referência.

8.32. Declaração de que a estrutura disponibilizada atenderá às condições mínimas de higiene, segurança, acessibilidade e conforto, bem como às normas sanitárias e de funcionamento aplicáveis ao tipo de serviço.

8.33. Comprovação de que dispõe ou disponibilizará equipe de apoio em número suficiente para atendimento da demanda, incluindo profissionais para atendimento, organização da unidade, preparo e fornecimento de alimentação e suporte administrativo.

8.34. Declaração de que possui ou possuirá condições operacionais para a prestação dos serviços de forma contínua e ininterrupta, incluindo: a) estrutura física adequada para hospedagem de pacientes e acompanhantes;

b) mobiliário, equipamentos e utensílios necessários ao funcionamento da unidade;

c) condições para fornecimento de alimentação aos usuários;

d) organização administrativa para controle de entradas, saídas e permanência dos usuários;

e) logística para apoio no deslocamento urbano dos pacientes às unidades de saúde, quando necessário.

### Qualificação Econômico-Financeira

8.35. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. 8.36. Certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, no caso de pessoa física ou sociedade simples, quando admitida sua participação.

8.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.36.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

9.2.1. Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

9.2.2. Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

9.2.3. Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes,

## **Termo de Referência**

Processo Administrativo do TR nº. **2026.02.11.02**

prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

9.2.4. Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

9.2.5. Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma publicidade diferida, estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Benedito.

A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

10.2. Exercício Financeiro: 2026  
Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde  
Unidade Orcamentaria: 02 - Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 0118 - Gestão do SUS  
Ação: 2.004 - Gerenciamento e Manutenção de Casas de Apoio  
Elemento: 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
SubElemento: 3390390099 - Outros serviços de terceiros - pessoa juridica  
Fonte: 1500100200 - Receita de imposto e transf. Saúde.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Benedito/CE, 22 de abril de 2026.

Assinado digitalmente por FRANCISCO IGOR VALE DO  
NASCIMENTO:99708795372  
DN: cn=FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372,  
c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,  
email=igorenf16@gmail.com  
Data: 2026.04.22 09:40:14 -03'00'

**Secretaria Municipal de Saúde**  
**Francisco Igor Vale do Nascimento**  
**Secretário de Saúde**  
**Portaria: 007/2025**

## Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.02.11.02

### ANEXO I - ITEM(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nº. Seq	Catmat/CatServ	Quant.	Un. Fornecimento	Descrição sucinta
Grupo <b>G-001</b>		Total de Itens: <b>0</b>		
00001	347 - 5380	3.000,00	Diária	<b>Prestação de Serviços em Casa de Apoio - For.</b>
Descrição Detalhada: 5380 - "Prestação de Serviços em casa de apoio, no município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, incluindo hospedagem, fornecimento de refeições, agendamento de consultas, exames e cirurgias em todas as especialidades médicas, destinadas aos pacientes devidamente encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE, COM PERNOITE; (Especificação Própria); " - HOSPEDAGEM - Serviços de hospedagem em Fortaleza para atender pessoas de todas as idades, quando em tratamento de saúde, incluindo acompanhante, oferecendo dependências masculinas e femininas providas de dormitórios e banheiros; A casa deverá ter no máximo 02 (dois) pavimentos, para facilitar o acesso, sendo que deverá estar em bom estado de conservação e dispor de móveis como camas; beliches, sofás, mesas, cadeiras, geladeira, fogão, e deverá sempre estar em ótimo estado de limpeza e higiene, equipado com ventilador ou ar-condicionado; Roupas de cama, mesa e banho sempre limpas e trocadas diariamente; Se houver falta de água na casa, a contratada deverá sanar a falta no prazo máximo de 2h (duas) horas, através de poço artesiano próprio ou outro meio adequado, tal qual: caixa d'água ou cisterna para armazenamento; Deverá ser disponibilizado no mínimo 10 (dez) quartos diariamente, para acomodação dos pacientes/acompanhantes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde; ALIMENTAÇÃO - Fornecimento de no mínimo, uma refeição diária, tipo lanche, contendo: (Fornecimento de refeições: café; leite; chá ou suco de frutas, a ser servido com biscoito cream cracker, sendo que os pacientes e acompanhantes evitarão o desperdício AGENDAMENTO/ ACOMPANHAMENTO - Agendamento de consultas, exames e cirurgias em todas as especialidades médicas; acompanhamento dos pacientes quando da internação, bem como nos casos de urgência e emergência; acompanhamento junto aos órgãos competentes dos processos de retiradas de medicamentos, bem como acompanhar o andamento dos processos na Central Estadual de Regulação; recebimento e envio de exames médicos ao município de São Benedito, quando necessário for. – TRANSPORTE/DESLOCAMENTO - serviço de deslocamento (transporte no município de Fortaleza) de pacientes e acompanhantes hospedados na casa de apoio da Secretaria de Saúde, em Fortaleza/Ce, baseado na necessidade de garantir a continuidade, integralidade e humanização do tratamento de saúde, especialmente para usuários que necessitam de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), a serem realizados no município de Fortaleza/Ce. O transporte é essencial para viabilizar o acesso a consultas, exames e procedimentos (quimioterapia, radioterapia, dentre outras modalidades) agendados ou atendidos em unidades de saúde de referência, garantindo que a distância não seja um fator de abandono do tratamento..				
00002	348 - 5380	3.500,00	Diária	<b>Prestação de Serviços em Casa de Apoio - For.</b>
Descrição Detalhada: 5380 - "Prestação de Serviços em casa de apoio, no município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, incluindo hospedagem, fornecimento de refeições, agendamento de consultas, exames e cirurgias em todas as especialidades médicas, destinadas aos pacientes devidamente encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE, SEM PERNOITE; (Especificação Própria); " - HOSPEDAGEM - Serviços de hospedagem em Fortaleza para atender pessoas de todas as idades, quando em tratamento de saúde, incluindo acompanhante, oferecendo dependências masculinas e femininas providas de dormitórios e banheiros; A casa deverá ter no máximo 02 (dois) pavimentos, para facilitar o acesso, sendo que deverá estar em bom estado de conservação e dispor de móveis como camas; beliches, sofás, mesas, cadeiras, geladeira, fogão, e deverá sempre estar em ótimo estado de limpeza e higiene, equipado com ventilador ou ar-condicionado; Roupas de cama, mesa e banho sempre limpas e trocadas diariamente; Se houver falta de água na casa, a contratada deverá sanar a falta no prazo máximo de 2h (duas) horas, através de poço artesiano próprio ou outro meio adequado, tal qual: caixa d'água ou cisterna para armazenamento; Deverá ser disponibilizado no mínimo 10 (dez) quartos diariamente, para acomodação dos pacientes/acompanhantes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde; ALIMENTAÇÃO - Fornecimento de no mínimo, uma refeição diária, tipo lanche, contendo: (Fornecimento de refeições: café; leite; chá ou suco de frutas, a ser servido com biscoito cream cracker, sendo que os pacientes e acompanhantes evitarão o desperdício AGENDAMENTO/ ACOMPANHAMENTO - Agendamento de consultas, exames e cirurgias em todas as especialidades médicas; acompanhamento dos pacientes quando da internação, bem como nos casos de urgência e emergência; acompanhamento junto aos órgãos competentes dos processos de retiradas de medicamentos, bem como acompanhar o andamento dos processos na Central Estadual de Regulação; recebimento e envio de exames médicos ao município de São Benedito, quando necessário for. – TRANSPORTE/DESLOCAMENTO - serviço de deslocamento (transporte no município de Fortaleza) de pacientes e acompanhantes hospedados na casa de apoio da Secretaria de Saúde, em Fortaleza/Ce, baseado na necessidade de garantir a continuidade, integralidade e humanização do tratamento de saúde, especialmente para usuários que necessitam de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), a serem realizados no município de Fortaleza/Ce. O transporte é essencial para viabilizar o acesso a consultas, exames e procedimentos (quimioterapia, radioterapia, dentre outras modalidades) agendados ou atendidos em unidades de saúde de referência, garantindo que a distância não seja um fator de abandono do tratamento..				



## MINUTA DO CONTRATO

### PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I

#### MINUTA DE CONTRATO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE Secretaria Municipal de Saúde

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE, POR INTERMÉDIO DO(A) ..... E .....

O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE por intermédio do(a) CT\_QUALIF\_CONTRATANTE, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) CT\_QUALIF\_CONTRATADA, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2026.02.11.02, Pregão Eletrônico nº 90013/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é **CT\_OBJETO**.

1.2. As especificações, unidades de medida, quantitativos, valores unitários e valores totais dos itens que compõem o objeto do presente Contrato encontram-se detalhadamente descritos no Anexo I, que integra este instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

1.2.1. O Anexo I constitui parte indissociável deste Contrato, prevalecendo suas disposições para a execução do objeto contratado, vedada qualquer alteração de especificações, quantidades ou valores sem a devida formalização por termo aditivo, nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência / Projeto Básico;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista ser um serviço contínuo. No caso de prorrogação do prazo de vigência da contratação, atendidas as condições previstas nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, as quantidades contratadas serão renovadas para o novo período de vigência. Neste sentido, se a contratada está cumprindo com suas obrigações e o preço contratado se mantém vantajoso, a prorrogação do prazo de vigência da contratação com a renovação das quantidades, pode acarretar benefícios significativos à Administração, dentre eles, citamos: Economia processual, tendo em vista a desnecessidade de abrir novo processo administrativo de contratação; Redução potencial dos preços unitários, diante dos efeitos da economia de escala; Mitigação do risco de licitar novamente e contratar uma empresa que não cumpra as obrigações, gerando prejuízos à Administração.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, sem autorização da Contratante.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de CT\_VALOR\_TOTAL CT\_VALOR\_TOTAL\_EX.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)



7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da orçamentação, em **07/04/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e conforme acordo entre as partes, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ? IPCA/IBGE: Índice(s): (IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Tipo: Geral) - Principal: Sim) - (Serviços comuns) Justificativa: O IPCA é o índice oficial de inflação do país, amplamente utilizado como referência para correção monetária em contratos administrativos, políticas públicas e instrumentos financeiros, refletindo de forma consistente a variação do poder de compra da moeda. Sua utilização proporciona maior segurança jurídica, previsibilidade e transparência, sendo reconhecida pelos órgãos de controle como parâmetro adequado para atualização de valores contratuais.**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a contratada designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na prestação dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço, estrutura física adequada à prestação dos serviços de casa de apoio no município de Fortaleza/CE, em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, incluindo:a) Imóvel em condições adequadas de funcionamento, com dormitórios, banheiros, áreas de convivência e demais espaços necessários ao acolhimento dos pacientes e acompanhantes;b) Mobiliário, equipamentos e utensílios indispensáveis ao pleno funcionamento da unidade, garantindo condições de conforto, segurança, acessibilidade e dignidade aos usuários;c) Estrutura apta ao fornecimento de alimentação, observando padrões mínimos de qualidade, higiene, regularidade e adequação nutricional;d) Equipe de apoio em número suficiente para atendimento da demanda, incluindo profissionais para acolhimento, organização da unidade, preparo de alimentação, apoio administrativo e acompanhamento social;e) Disponibilização de transporte para deslocamento dos pacientes e acompanhantes no âmbito do município de Fortaleza/CE, sempre que necessário para realização de consultas, exames e procedimentos.9.25. O prazo para início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço ou requisição formal emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo a CONTRATADA iniciar integralmente a prestação dos serviços, compreendendo a disponibilização da estrutura física, organização da unidade, alocação da equipe necessária e início do atendimento aos usuários, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos programados.9.26. A CONTRATADA deverá realizar o acolhimento dos pacientes e acompanhantes encaminhados pela CONTRATANTE, assegurando condições adequadas de hospedagem, alimentação, higiene, segurança, conforto e suporte durante todo o período de permanência, observando rigorosamente os fluxos, critérios de encaminhamento e orientações definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.9.27. A CONTRATADA deverá prestar apoio administrativo e logístico aos usuários, incluindo o agendamento, confirmação e acompanhamento de consultas, exames e procedimentos, bem como auxiliar em situações relacionadas ao tratamento, inclusive internações, retirada de medicamentos e demais demandas assistenciais, garantindo a continuidade do cuidado e o adequado fluxo de atendimento.9.28. A CONTRATADA deverá disponibilizar acompanhamento social aos pacientes e acompanhantes, especialmente nos casos que envolvam maior vulnerabilidade, promovendo acolhimento, orientação quanto aos direitos dos usuários e suporte durante a permanência na casa de apoio.9.29. A CONTRATADA deverá manter controle atualizado de entrada, permanência e saída dos usuários, garantindo a rastreabilidade das informações e disponibilizando os registros sempre que solicitados pela fiscalização do contrato.9.30. A CONTRATADA deverá manter a unidade em perfeitas condições de limpeza, conservação e funcionamento, realizando manutenções preventivas e corretivas sempre que necessário, sem ônus adicional para a Administração.9.31. A CONTRATADA deverá atender prontamente às determinações da CONTRATANTE e da fiscalização do contrato, prestando todas as informações solicitadas e permitindo o acesso às instalações sempre que necessário.9.32. O prazo previsto para início da execução poderá ser prorrogado, mediante solicitação formal da CONTRATADA durante o seu transcurso, devidamente justificada e condicionada à análise e aceitação da



CONTRATANTE, desde que não haja prejuízo à continuidade dos serviços nem ao interesse público..

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade municipal.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Multa:

a. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

d. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

e. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

f. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes



infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CT\_DOTACAO



14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista nos arts. 91 e 94 da Lei 14.133, de 2021.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro Comarca de São Benedito, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

ASS\_CONTATO.

\_\_\_\_\_  
CT\_ASSIN\_CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CT\_ASSIN\_CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_